

CAP. XI

ACESSO A CULTURA. DESPORTO E ENTRETENIMENTOS

INSTRUÇÃO MINISTRADA NOS ESTABELECIMENTOS OFICIAIS, OFICIALIZADOS E PARTICULARES

Das diversas fases por que em Moçambique passou a política do ensino especialmente destinado aos africanos, interessa, para os nossos propósitos, referir em primeiro lugar o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor (*). Considerou-se então que fazia parte do programa geral dessas missões «a educação e instrução do nativo português» para o que podiam «fundar escolas, colégios ou estabelecimentos de educação e ensino».

Quatro anos depois, em 1930, criou-se uma estrutura própria, directamente dependente dos Serviços de Instrução, estrutura destinada exclusivamente ao ensino da população classificada de «indígena» (**). Tinha por finalidade «conduzir gradualmente o indígena selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-o mais útil à sociedade e a si próprio». Foram criadas algumas dezenas de escolas rudimentares, três escolas de artes e ofícios e uma escola de habilitação de professores indígenas, sita na Manhica.

Em 1940 celebrou-se o Acordo Missionário como consequência da Concordata com a Santa Sé. No ano seguinte, o Estatuto Missionário (***) completou e esclareceu as disposições do Acordo.

O ensino indígena foi inteiramente confiado às missões católicas, intervindo o Estado apenas com a indicação de planos, programas e certificados de exames. Indicou-se-lhe como objectivo a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho e a preparação de agricultores e artífices.

(*) Decreto n.º 12 485, de 13-10-1926.

(**) Diploma Legislativo n.º 238, de 17-5-1930.

(***) Decreto-Lei n.º 31 207, de 5-4-1941.

O uso da língua portuguesa tornou-se obrigatório merecendo especial atenção a formação do pessoal docente.

Com a promulgação deste Estatuto foram entregues às congregações religiosas as escolas rudimentares e a escola normal existente na Manhica, iniciando-se a partir de então um aumento progressivo da escolarização.

O ensino «rudimentar» considerava-se como um tipo de ensino especial, com métodos e objectivos diferentes do ensino comum e destinado especialmente aos menores cujos pais se encontrassem abrangidos pelo regime jurídico do indigenato. Tinha o propósito didáctico de familiarizar as crianças africanas com uma língua que lhes era totalmente estranha e que iria servir como veículo do ensino. Transformado mais tarde em «ensino de adaptação» era como que uma fase de preparação criada por necessidades pedagógicas, um estágio de transição para graus mais avançados de escolaridade. Na verdade, o artigo 20.º da Concordata especificava que as associações e organizações da Igreja poderiam livremente estabelecer e manter escolas particulares em paralelo às do Estado. Mais explícito era ainda o artigo 15.º do Acordo Missionário ao autorizar as missões católicas a «expandir-se livremente para exercerem as formas de actividade que lhes são próprias e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional». Nada impedia, por conseguinte, que as missões católicas possuísem, para os indígenas, estabelecimentos do ensino primário comum e do ensino secundário.

Porém, na sua conjugação prática com o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (*), esta estrutura do ensino parece ter limitado de algum modo a instrução dos africanos. Na verdade, não só aconteceu que as missões católicas, por falta de recursos e de pessoal, se concentraram quase exclusivamente no ensino rudimentar ou de adaptação, como também se entendeu que a matrícula no ensino primário elementar ou comum era limitada aos filhos dos poucos africanos considerados «assimilados» após a organização do respectivo processo de justificação ou a quem, depois de 1954, passaram a ser concedidos «direitos de cidadania».

Apenas neste ano o novo Estatuto dos Indígenas Portugueses (**) veio determinar (§ 2.º do artigo 6.º) que aos habilitados com o ensino

(*) Decreto n.º 16 473, de 6-2-1929.

(**) Decreto n.º 39 666, de 20-5-1954.

de adaptação era garantida a admissão ao ensino público, nos termos aplicáveis aos outros portugueses.

Em 1960 foi esclarecido (*) que o «ensino primário funcionaria como *ensino de adaptação* para os alunos que não possuísem conhecimento suficiente da língua portuguesa e mais condições indispensáveis para o ingresso no ensino comum».

Os africanos de Lourenço Marques encontraram-se, a partir de então, numa situação privilegiada devido à superior densidade de estabelecimentos do ensino primário comum e do ensino secundário. Em 1957 já constituíam 6 % de todos os alunos matriculados em Lourenço Marques no ensino primário oficial. Os resultados apurados pelo Censo de 1960, quando ainda vigorava o regime do indigenato, já se apresentavam significativos, encontrando-se a frequentar aqueles dois graus de ensino, na capital, 538 africanos de ambos os sexos dos 6 aos 14 anos de idade.

Os africanos de todas as idades residentes no concelho, que, naquele ano, «possuíam um grau de ensino» dividiam-se assim :

QUADRO XXIX

Grau e ramo de ensino		H	F	Total
Primário comum	1.ª a 3.ª classe	153	348	501
	4.ª classe	315	140	455
Secundário	Técnico profissional { Enfermagem	20	3	23
		30	—	30
		27	6	33
	Magistério primário	13	—	13
	Liceal	69	5	74
	Eclesiástico e missionário	2	—	2
		629	502	1131

Todavia, a grande maioria dos africanos escolarizados frequentavam apenas o ensino de adaptação, como se infere da comparação do quadro anterior com o que a seguir apresentamos, onde, para demonstrar a maior

(*) Portaria Ministerial n.º 17 883, de 5.8.1960.

frequência escolar do meio urbano, colocámos Lourenço Marques ao lado do Bilene, região rural por excelência :

QUADRO XXX

	Concelho de Lourenço Marques			Concelho do Bilene		
	Total dos menores dos 6 aos 14 anos	Menores dos 6 aos 14 anos que frequentavam um grau de ensino		Total dos menores dos 6 aos 14 anos	Menores dos 6 aos 14 anos que frequentavam um grau de ensino	
		Número	%		Número	%
H	10 725	5 923	55,2	8 247	1 297	15,7
M	9 157	4 901	53,5	7 809	1 143	14,6
HM	19 882	10 824	54,4	16 056	2 440	15,1

A maior proporção de escolarizados no total da população urbana e o afluxo de alfabetizados provenientes de todo o Sul do Save, explica o número relativamente elevado de varões alfabetizados e escolarizados no conjunto da população africana maior de 6 anos e o facto da capital apresentar a menor taxa de analfabetismo entre os africanos de toda a Província :

QUADRO XXXI

Analfabetos			Alfabetizados ou escolarizados		
H	M	HM	H	M	HM
21 066	23 905	44 971	39 468	13 088	52 556

Já antes da abolição do indigenato havia sido legislado (*) no sentido dos alunos habilitados com o exame final do ensino de adaptação poderem matricular-se na 3.ª classe do ensino primário comum, desde que

(*) Portaria n.º 14 744, de 11-2-1961.

não tivessem mais de 13 anos de idade. Depois da revogação do estatuto do indigenato, ocorrido em Setembro de 1961, acelerou-se notavelmente em toda a Província a frequência dos estabelecimentos oficiais por parte dos africanos. Em fins do mesmo ano, dos alunos de todos os extractos raciais registados no ensino primário comum, já eram africanos 22 %.

Utilizando elementos fornecidos pelo «Anuário Estatístico» de 1962 (último em que, no capítulo dedicado ao ensino, se fizeram úteis distinções por divisões administrativas e grupos raciais) e pela «Estatística da Educação» referente ao ano lectivo de 1964-65, foi-nos possível elaborar o seguinte quadro do aumento verificado no concelho e distrito de Lourenço Marques na proporção de africanos matriculados nos diversos graus de ensino :

QUADRO XXXII

Graus de ensino	1962	1964-65
Ensino primário comum a)	23,4 %	40 % b)
Técnico elementar (ciclo preparatório)	10 %	17,2 %
Escola Comercial	20 %	24 %
Escola Industrial	25,4 %	16 % c)
Liceal	3 % d)	9,2 % a) b)
Instituto Comercial	3,5 %	3,3 %

a) Oficial, missionário católico português, missionário estrangeiro e particular.

b) Referente a todo o Distrito de Lourenço Marques.

c) A diminuição verificada na proporção de africanos deve-se ao maior rigor nas matrículas dos cursos nocturnos de aperfeiçoamento profissional. Embora reservados aos operários que exercem efectivamente uma profissão e pretendem melhorar os seus conhecimentos teóricos, muitos estudantes conseguiram matricular-se neles recorrendo a meios irregulares, torneando desse modo o obstáculo levantado pelos exames de admissão exigidos para os cursos diurnos.

d) Referente apenas aos alunos matriculados nos três liceus oficiais da capital.

Apesar das substanciais modificações introduzidas no panorama da educação dos africanos em Lourenço Marques, ainda era restrito em

1964-65 o número dos que frequentavam o ensino secundário, médio e superior, como é demonstrado pelo seguinte quadro:

QUADRO XXXIII

Graus de ensino		H	M	Total		
Ensino primário elementar oficializado (postos escolares) a)		4613	3777	8390		
Ensino primário comum oficializado b)		1058	502	1560		
Ensino primário comum oficial (menores em idade escolar) c)		2276	1703	3979		
Ensino liceal (oficial, missionário e particular) d) . .		318	65	383		
Ensino técnico profissional	Comercial e industrial	Escolas missionárias de artes e ofícios d)	60	86	146	
		Escolas comerciais e industriais	Ciclo preparatório d)	241	159	400
			Cursos comerciais d)	573	85	658
			Cursos industriais d)	294	1	295
		Institutos comerciais e industriais	Cursos comerciais d)	7	—	7
			Cursos industriais d)	—	—	—
		Formação de quadros dos serviços públicos d)	102	48	150	
Ensino artístico d)		1	1	2		
Ensino eclesiástico (preparatórios) d)		91	—	91		
Ensino superior e)		37	2	39		
Ensino normal f)		114	—	114		

a) «Anuário Católico» de 1966 (elementos de 1964 relativos aos postos escolares missionários frequentados pela população dos subúrbios de Lourenço Marques).

b) «Anuário Católico» de 1966 (elementos de 1964 relativos às escolas missionárias frequentadas pela população dos subúrbios de Lourenço Marques).

c) Mapa M/24 dos Serviços de Educação (1965-66). Compreende os alunos africanos matriculados em todo o Distrito de Lourenço Marques).

d) «Estatística de Educação» de 1964-65 (Distrito de Lourenço Marques).

e) Inclui 33 matriculados em cursos de filosofia e teologia do ensino eclesiástico.

f) Inclui os matriculados nas escolas de habilitação de professores de postos escolares.

No que se refere ao ensino primário comum para adolescentes e adultos, frequentado por africanos numa proporção vizinha dos 80 %, gozam os residentes da capital de privilegiada posição, como se verifica do seguinte quadro extraído da «Estatística da Educação» de 1964-65:

QUADRO XXXIV

Regiões	Alunos inscritos		
	H	M	HM
Lourenço Marques	4992	193	5185
Resto da Província	4422	144	4566
	9414	337	9751

O reduzido número de africanos nos graus mais avançados de ensino explica-se por circunstâncias de diversa ordem.

Embora em bastantes casos se verifique um agravamento da tradicional displicência familiar sobre o comportamento dos menores, a maioria dos pais e parentes responsáveis manifestam, desde há muito, pronunciado interesse pela escolarização. Mas as classes missionárias do ensino rudimentar e de adaptação não só se encontravam superlotadas como não efectuavam qualquer controlo das presenças nem participavam as ausências. Só tardiamente vinham as famílias a saber que as crianças simulavam dirigir-se à escola e faltavam efectivamente durante longos períodos, agregando-se a outras já com tendências para a vadiagem e a delinquência. Impotentes para disciplinar os pequenos rebeldes, chegavam a recorrer às autoridades solicitando que os castigassem. Por insuficientes disponibilidades, não ultrapassava as cinco centenas o número de menores nessas condições que podiam manter-se internados pelos Serviços dos Negócios Indígenas em missões católicas afastadas da capital.

Em segundo lugar, a carência de professores qualificados e de instalações apropriadas deu origem a um ensino de fraca rentabilidade. É significativo que durante os vinte anos que decorreram entre o Acordo Missionário e o Censo de 1960 se hajam concentrado na capital apenas 476 africanos e 154 africanas com nível de instrução igual ou superior à 4.ª classe. Embora a situação seja hoje incomparavelmente melhor do

que no tempo do indigenato, continuam a observar-se grandes carências. Num recente relatório da Inspeção Escolar pode ler-se:

«Os grandes problemas da ocupação escolar do Distrito de Lourenço Marques situam-se nos subúrbios da capital... Não têm chegado as nossas escolas, as das missões católicas e as do ensino particular para acolher verdadeiras avalanches de crianças que anualmente se apresentam às matrículas. As escolas estão superlotadas a trabalhar em três a quatro turnos diários...»

Na verdade, as escolas primárias da capital encontram-se submersas pelo ritmo de crescimento da população africana (6 a 7 % ao ano) e pela elevada proporção de crianças nela existente (34 %). A isto acresce o facto de se tratar duma população que habita um meio onde é agudamente sentida a necessidade de instrução e que se encontra já consciente quer das vantagens do estímulo que a presença da criança europeia representa para a criança africana, quer as diferenças qualitativas entre uma escola moderna dirigida por um professor diplomado pelo Magistério Primário e um posto escolar missionário guarnecido por um simples monitor. Daí a crescente preferência pelas escolas do ensino primário comum, cuja construção e manutenção são incomparavelmente mais dispendiosas, bastando referir que o erário público gasta *por aluno e por ano* 1600\$00 com as primeiras e 70\$00 com as segundas (conf intervenção do vogal Padre Carvalho Araújo na sessão do Conselho Legislativo de 11-5-1967). Apesar disso, as circunstâncias atrás expostas quiçá aliadas a conveniências que se radicam mais na política do que na pedagogia, parecem conduzir a uma deterioração no nível do próprio ensino primário comum e a benevolência excessiva no exame final da 4.ª classe e até nos exames de admissão. Só assim é possível compreender o elevadíssimo número de reprovações (40 a 50 %) entre alunos africanos logo no primeiro ano dos liceus e das escolas técnicas elementares e as dificuldades para se empregarem como dactilógrafos nas actividades privadas, experimentadas pelos africanos habilitados com a 4.ª classe, dificuldades derivadas dos seus deficientes conhecimentos de português escrito.

Em terceiro lugar, os poucos «indígenas» que terminavam a 4.ª classe da instrução primária e conseguiam vencer as barreiras burocráticas e pedagógicas do exame de admissão ao ensino liceal ou técnico, não beneficiavam dum sistema generalizado e liberal de bolsas de estudo que pudesse contrabalançar os efeitos das deficientes condições habitacionais, nutritivas, sanitárias e educacionais das respectivas famílias. Por escassez

de verbas, não pôde ser suficientemente intensa a acção que os Serviços dos Negócios Indígenas desenvolveram neste capítulo e no do fornecimento gratuito de livros e material escolar. Por seu lado, as obrigações da família extensa também aqui fizeram sentir o seu peso esmagador já que se verificava — e continua a verificar-se — que a importância das bolsas era consumida por toda a parentela em detrimento do estudante que se pretendia amparar. Também não foi considerada oportunamente a construção de internatos para estudantes do ensino secundário, internatos que teriam permitido arrancar os africanos melhor dotados ao ambiente deletério que os cercava.

Em quarto lugar há a frisar os grandes obstáculos ambientais com que lutava o estudante africano: carência de instalações que lhe permitissem suficiente retiro e concentração; alimentação qualitativamente deficiente; doenças mal diagnosticadas e tratadas; iluminação escassa por candeeiros de petróleo e velas; desconforto e sujidade dos leitos e esteiras, quantas vezes infestados de parasitas; grandes percursos a pé para atingir as instalações escolares; sentimentos de inferioridade pela falta de vestuário e calçado de apresentação decente; insuficiente domínio da língua portuguesa e permanente emprego doméstico dos dialectos nativos.

Em quinto lugar, o nível baixo dos salários não permitia o recurso intensivo ao ensino particular. A tentativa feita por alguns africanos instruídos no sentido de organizar nas suas residências cursos do ensino liceal foi mandada abolir pelas autoridades ao abrigo da disposição legal (*) que mandou depender da autorização do Governo-Geral a abertura e funcionamento de estabelecimentos do ensino particular.

Constitui novo desenvolvimento na instrução dos africanos o recente aumento da escolaridade obrigatória e gratuita para seis classes e consequente ampliação do respectivo período etário para os quinze anos. Continua, no entanto, a manter-se o primeiro ciclo do ensino secundário. O ciclo complementar do ensino primário, constituído pela 5.ª e 6.ª classes pretende dar uma preparação directa para a vida e destina-se aos que projectam iniciar mais cedo a sua actividade profissional; o primeiro ciclo do ensino secundário tem conteúdo e finalidade diferentes mantendo o carácter preparatório para estudos mais avançados (liceais e técnicos).

De tudo quanto dissemos ressaltam, mais uma vez, os elevadíssimos investimentos públicos exigidos pela urbanização das massas africanas que abandonam o meio rural. Em qualquer região do Sul do Save com um

(*) Artigo 14.º do Diploma Legislativo n.º 2287, de 25-9-1962.

número de habitantes semelhante ao da capital e as crianças integradas na existência e na economia tribal, a população contenta-se com alguns postos escolares e uma escola primária na sede do concelho. Mas, levados pelas especiais condições e exigências do meio citadino, nomeadamente pelo «efeito de demonstração» tão citado pelos economistas, a maioria dos africanos urbanizados ambiciona cada vez mais instrução e qualificações. É significativo que os nossos inquiridos tenham unânimemente declarado pretender que seus filhos prossigam os estudos até ao nível permitido pelos seus dotes de vontade e inteligência.

ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

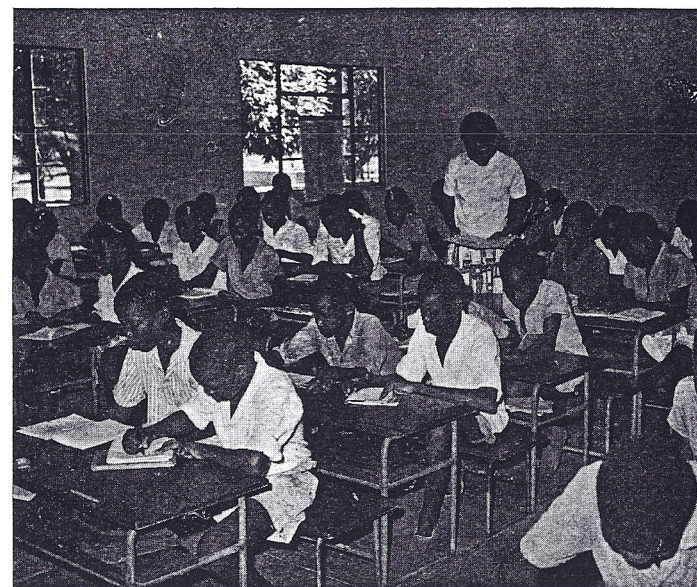
Especialmente no capítulo dedicado às condições económicas e na primeira secção do presente capítulo, indicámos as consideráveis dificuldades com que deparam os africanos para conseguirem prosseguir os seus



Escola da Associação dos Engraxadores.

estudos até ao nível merecido pelas qualidades de vontade e inteligência de que poderão ser dotados.

Compreende-se a importância decisiva que, nessas condições, pode desempenhar uma eficiente acção social escolar que se substitua às carências verificadas no ambiente doméstico, providenciando quanto à assis-



Aula no Instituto de Santo António da Malhangalene.

tência sanitária, à concessão de bolsas de estudo, ao fornecimento de vestuário, calçado, refeições gratuitas, livros e material escolar, etc.

Essa acção escolar tem sido naturalmente insuficiente quando posta em comparação com as enormes necessidades existentes. Os elementos que conseguimos reunir permitem-nos afirmar que ela se concentra em prioridade na capital beneficiando em larga medida os estudantes africanos, estudantes que ficam dessa maneira colocados em situação privilegiada relativamente aos seus congéneres do resto da Província.

Eis esses elementos :

Visando impulsionar o sentimento de solidariedade entre os alunos, foram criadas caixas escolares em todos os estabelecimentos do ensino primário oficial. Tinham por objectivo manter cantinas e colónias de férias bem como adquirir livros, material escolar, vestuário, calçado.



Alunas da Escola João Albasini durante o recreio.

alimentação e medicamentos para os alunos necessitados. Toda a assistência escolar nos estabelecimentos do ensino primário foi posteriormente regulamentada (*) deixando-se à superintendência da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa tudo quanto dissesse respeito às cantinas escolares

(*) Portaria n.º 18 173, de 12-12-1964.



Aulas de corte e costura na Escola João Albasini.

A estatística da acção exercida pelas caixas escolares permite inferir a posição vantajosa de que gozam os estudantes africanos do Distrito de Lourenço Marques, tendo em mente que constituem cerca de 2/3 do total dos beneficiados :

QUADRO XXXV

Actividade das cantinas escolares (1964-65)

Região	Cantinas existentes	Alunos beneficiados		Refeições gratuitas	Importância despendida
		H	M		
Distrito de L. Marques	21	1271	866	306 213	913 542\$
Resto da Província . . .	72	2261	1404	620 580	530 904\$

QUADRO XXXVI
Actividade das caixas escolares (1964-65)

Região	Alunos subsidiados com alimentação, alojamento, vestuário, livros e propinas		Importância despendida
	H	M	
Distrito de Lourenço Marques . . .	1843	1348	2 232 400\$
Resto da Província	8522	4523	1 997 272\$

Nos refeitórios da Mocidade Portuguesa existentes nos estabelecimentos do ensino secundário, há, igualmente, relativa vantagem para os estudantes do distrito meridional, embora a desproporção seja menor.

QUADRO XXXVII

Regiões	Ano de 1965-66		
	Alunos beneficiados	Refeições distribuídas	Importância despendida
Distrito de Lourenço Marques . .	351	36 162	261 340\$
Resto da Província	230	47 840	445 800\$

Na distribuição dos subsídios concedidos pela Comissão Provincial de Assistência Pública, nota-se, do mesmo modo, a situação favorecida dos estudantes da capital, constituindo os africanos cerca de 75 % dos subsidiados :

QUADRO XXXVIII
Importâncias gastas com subsídios a estudantes

Graus de ensino	Distrito de L. Marques	Resto da Província
Infantil	216 000\$	399 400\$
Primário	3 857 207\$	1 563 900\$
Secundário	1 017 426\$	82 693\$

No que se refere ao internato de menores africanos em missões católicas, a despesa efectuada por aquela comissão foi a seguinte durante o ano lectivo de 1965-66.

QUADRO XXXIX

Região	Despesa
Distrito de Lourenço Marques	1 460 216\$
Resto da Província	1 989 700\$

Circunstâncias facilmente compreensíveis propendem todas as entidades que prestam diversas modalidades de assistência à população estudantil, a empregar o grosso dos seus recursos no Distrito e, em especial no Concelho de Lourenço Marques. É também o que acontece em relação ao Instituto do Trabalho que, por intermédio do Fundo de Acção Social no Trabalho e duma verba global de 4000 contos posta à sua disposição pelo orçamento geral da Província, paga internamentos em missões católicas, concede bolsas de estudo para o ensino liceal e técnico e fornece livros e material escolar a filhos de trabalhadores africanos.

Os seguintes quadros fornecem indicações sobre o movimento de 1968 :

QUADRO XL

Fundo de Acção Social no Trabalho

Região	Internatos em Missões Católicas		Bolsas de estudo		Fornecimento de livros e material escolar	
	N.º	Import.	N.º	Import.	N.º	Import.
Lourenço Marques .	51	122 000\$	53	240 725\$	168	68 561\$
Resto da Província .	82	187 800\$	45	117 725\$	10	4 561\$

QUADRO XLI

Verba para «protecção, assistência, educação e melhoramentos de utilidade para os trabalhadores»

Região	Internamentos em Missões Católicas		Subsídios a instituições educativas	
	N.º de internados	Importância	N.º de instituições	Import. despend.
Lourenço Marques	215	436 820\$	5	45 000\$
Resto da Província	172	339 660\$	6	47 500\$

Dada a importância decisiva que, no entender dos economistas, desempenha no processo de desenvolvimento a formação de uma força de trabalho preparada ao nível secundário quer liceal quer técnico e dadas também as graves carências desse pessoal qualificado com que lutam os serviços públicos e as actividades privadas, é difícil compreender as razões que levaram os legisladores a abolir o ensino liceal e técnico no regime para a concessão de bolsas de estudo estabelecido pelo Decreto n.º 46 935, de 1 de Abril de 1966. Reservando para o capítulo final algumas sugestões sobre este problema, limitamo-nos por ora a referir que no ano lectivo de 1966-67 foram concedidas e mantidas pela Comissão Provincial de Bolsas de Estudo, para cursos médios e superiores, apenas 29 bolsas no valor global de 890 000\$ (1, p. 28). Não nos foi possível apurar qual a proporção de africanos entre os bolseiros, admitindo-se que seja tão ínfima como o número de estudantes daquela origem nos referidos graus de ensino. Para o ano lectivo de 1967-68 resolveu a mesma Comissão, ao abrigo do artigo 89.º do citado decreto, reservar parte dos seus recursos para auxiliar, com subsídios mensais que não excedem 800\$ e não são classificados como bolsas, duas a três dezenas de estudantes do ensino secundário, na maioria africanos.

As cifras indicadas têm a utilidade de documentar a situação privilegiada que, em matéria educativa, desfrutam os africanos de Lourenço Marques, situação que sem dúvida irá conduzir à mais rápida formação duma elite urbana integrada nos valores da civilização tecnológica e em acentuado desnível económico e social com as massas rurais, nomeadamente as que se estendem para além do Save. Ainda que dificilmente previsíveis, as repercussões que esse desnível poderá desencadear no futuro político, social e económico da Província parecem de molde a

causar preocupações. Lembremos, mais uma vez, que o distrito meridional, onde se situa a nossa capital, compreende apenas 2,1 % da área e 7,8 % da população de Moçambique.

SERVIÇO EXTRA-ESCOLAR

A criação do Serviço Extra-Escolar, ocorrida em 1961 (*), visando a melhoria educativa e social das populações, baseou-se no princípio «de que a educação social deve ter por fim incitar as pessoas a tomar consciência dos seus próprios problemas, necessidades e anseios, levando-as



Aula de leitura do Serviço Extra-Escolar.

a adoptar, para consecução dos seus fins, o comportamento moral, a conduta cívica e a aquisição de técnicas que lhes permitem resolver, elas próprias, a problemática do seu ideário de vida».

Aproveitando o entusiasmo de algumas dezenas de senhoras, o Serviço Extra-Escolar, auxiliado por donativos particulares, pôde, em 1962, iniciar uma interessante acção educativa e formativa entre três

(*) Diploma Legislativo n.º 2118, de 28-8-1961.

ou quatro centenas de mulheres africanas da capital, graças a pequenos centros onde eram ministrados ensinamentos de português, escrita, aritmética, higiene, puericultura, costura, corte e cozinha. Com base no mero voluntariado e dispondo de fracos recursos financeiros esta obra de educação e de comunicação tem deparado com bastantes obstáculos para singrar.

Organizadas pelo Serviço funcionam nos diversos estabelecimentos de ensino da capital aulas vespertinas e nocturnas de instrução primária, aulas destinadas sobretudo a trabalhadores e que em 1968 registaram 1487 alunos. Em diversos locais dos subúrbios como nas Associações dos Engraxadores e dos Barbeiros, sustenta aulas diurnas (com uma frequência de 1682 alunos em 1968) destinadas a menores adolescentes que excedem a idade normal da matrícula, que não conseguiram apresentar a documentação indispensável ou que têm dificuldades de acesso às escolas primárias oficiais e oficializadas.

Tem editado úteis obras e quadros de educação e divulgação: «Defenda a sua saúde», «Noções de saneamento», «Saiba cultivar as plantas alimentares», etc. Alcançariam sem dúvida maior popularidade se nos textos se empregassem — simultaneamente com o português — as diversas línguas nativas.

Graças à acumulação dos recursos e dos órgãos de decisão uma vez mais são proporcionalmente favorecidos os africanos do distrito de Lourenço Marques como o demonstra o quadro seguinte:

QUADRO XLII

	Lourenço Marques	Resto da Província
Alunos matriculados	3169	14 814
Mulheres frequentando os centros de promoção e formação	430	2 911

CONHECIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Na integração no ambiente profissional da urbe — nomeadamente no que concerne as actividades por conta de outrem — desempenha papel fundamental o grau de instrução e, em menor escala, o conhecimento do português. Os analfabetos e os que desconhecem a língua dominante

encontram-se relegados aos empregos menos remunerados e que exigem mero esforço físico.

É facto incontroverso que entre as africanas é mais reduzida a proporção das que dominam suficientemente o português. Deve-se isso a vários factores entre os quais merecem destaque o menor grau de escolarização, de integração no emprego assalariado e de contacto com a população evoluída que emprega correntemente o português. Também têm alguma importância as preocupações de boa reputação visto acontecer frequentemente que se dedicam à prostituição com clientes europeus as mulheres iletradas que falam o português.

Esta carência das mulheres traz naturalmente graves prejuízos ao progresso escolar porque se deve considerar como a principal responsável pelo facto de muitos menores quando atingem a idade própria, se apresentarem nos estabelecimentos de ensino sem possuírem sequer um conhecimento rudimentar do português, mesmo que hajam sido nados e criados na cidade. Os anos iniciais da escolarização são, desse modo, empregados na aprendizagem desse instrumento indispensável, aprendizagem forçosamente lenta por as classes se encontrarem superlotadas, os professores de posto escolar serem deficientes e as crianças regressarem ao uso do *chironga*, assim que saem das aulas e até mesmo durante os seus intervalos. É frequente os africanos mais evoluídos utilizarem o português nas relações cotidianas quando comunicam entre si o que é índice interessante da divulgação dessa língua de grande cultura; mas no ambiente doméstico, devido ao retardo e ao isolamento das suas mulheres, continuam a recorrer aos dialectos nativos.

Todavia vai aumentando entre africanos da capital, a proporção dos que falam português. Baseando-nos nos resultados do nosso inquérito e no censo da população «não-civilizada» realizado em 1950, último em que incluíram elementos sobre o assunto, elaborámos o seguinte quadro:

QUADRO XLIII

Anos	Proporção dos que falam português no conjunto da população africana	
	Homens	Mulheres
1950	68 %	28 %
1967-68	84 %	36 %

A maior divulgação do português no meio urbano ressalta também do seguinte quadro apresentado pela missão que em 1959 estudou o problema da instabilidade e do absentismo (34, III, p. 32).

QUADRO XLIV

	Trabalhadores de empresas urbanas	Trabalhadores de empresas rurais
Falavam português. Liam e escreviam	47,5 %	9,4 %
Falavam português. Analfabetos	30,8 %	16,7 %
Não falavam português	21,7 %	73,8 %

O hábito em que caem muitos europeus de se dirigirem aos africanos menos evoluídos em português deturpado — se bem que revele um esforço curioso no sentido de transformar a língua em factor de compreensão e de ajustamento — não pode deixar de se repercutir perniciosamente sobre a possibilidade dos africanos dominarem correctamente o novo meio de comunicação oral de que tanto necessitam para progredir social e economicamente.

O desinteresse dos evoluídos pela leitura parece-nos constituir um dos mais graves obstáculos ao domínio perfeito do português. Mesmo entre os que possuem suficientes recursos, é mínimo o número dos que lêem regularmente os próprios órgãos da imprensa. Nas moradias raramente se encontram livros de autores consagrados, quer clássicos quer modernos. Nestas condições não admira que mesmo os habilitados com o 2.º ciclo dos liceus ou com os cursos de formação das escolas comerciais e industriais, redijam o português com deficiências que obstam ao seu emprego generalizado pelas actividades particulares. Por isso são, na maioria, absorvidos pelos serviços públicos, que pelos inferiores vencimentos oferecidos, lutam com crescentes dificuldades no recrutamento do seu pessoal. Por tal motivo a africanização dos quadros da Administração Pública processa-se a ritmo crescente.

EMISSIONES RADIOFÓNICAS

É sobejamente conhecido que nos países subdesenvolvidos a rádio não é apenas um meio de distração, propaganda e de informação mas pode ser também um veículo de cultura e educação cívica. Os «transistors»

transformaram a radiodifusão num processo de comunicação eficiente, instantâneo e generalizado, cuja acção pode ser determinante.

Em Lourenço Marques é tão ínfima a proporção de africanos que lê regularmente os órgãos de imprensa que não temos dúvidas em considerar a radiodifusão como o principal meio de comunicação com as massas africanas.

Em 1960 foram criados a favor dos Serviços dos Negócios Indígenas meios financeiros para fazer face à preparação de programas especiais de radiodifusão e de cinema educativo destinados à população nativa. Após a extinção do indigenato passou aquela responsabilidade para o Serviço de Acção Psico-Social. em 1966 transitou para o Centro de Informação e Turismo a cuja orgânica foi aditado o Serviço de Radiodifusão e Cinema Educativo, sob o nome de «A Voz de Moçambique» que conta actualmente com cerca de 60 funcionários. Trabalha em colaboração com o Rádio Clube de Moçambique que fornece as estações emissoras e os recursos técnicos, nos termos do contrato firmado com o Estado. Mantém várias rubricas de carácter educativo como «Português, minha língua», «Aos nossos campos e aos nossos animais», «Saúde e higiene» e «Programa para a mulher», em que são apresentados vários problemas relacionados com a vida familiar e feminina.

Dos oito dialectos em que os programas são difundidos interessam-nos apenas o ronga e o changane destinados às populações meridionais com, respectivamente, 22,30 e 23,30 horas de emissão por semana. Os relatos desportivos são apresentados, aos domingos, apenas no primeiro destes dialectos. Existe uma rubrica semanal dedicada aos africanos que pessoalmente pretendem enviar mensagens para os seus parentes que se encontram na África do Sul.

A popularidade das emissões pode inferir-se objectivamente do facto de serem recebidas pela «Voz de Moçambique» entre 400 e 500 cartas por dia, cartas cheias de ingenuidade e calor humano em que os ouvintes louvam os seus programas preferidos, apresentam pedidos de músicas, solicitam a transmissão de informações e mensagens, pedem favores de carácter pessoal como conselhos sobre a sua vida familiar. A resposta a esta volumosa correspondência constitui um importante factor educativo e um diálogo aberto entre a Administração Pública e as massas nativas mais evoluídas.

A preferência dos ouvintes vai, naturalmente para a música neofolclórica, quer moçambicana quer sul-africana, as bem conhecidas «Marra-bentas» e «Kwelas». São feitas emissões de musicais conjuntos e grupos corais locais. A música brasileira e portuguesa é também muito apreciada.

Infelizmente não conseguimos obter elementos sobre o número de aparelhos receptores em poder da população africana. O «Anuário Estatístico» referente a 1965 indica como licenciados no Distrito de Lourenço Marques em 31 de Dezembro daquele ano 30 962 dos 60 466 aparelhos existentes em toda a Província. Os serviços competentes estimam que, dos 2000 novos aparelhos que anualmente se vêm registando na capital, entre 60 e 70 % pertençam a africanos.

IMPrensa E LITERATURA PARA AFRICANOS

O Prof. J. J. Gonçalves (65)—estudioso da problemática da informação—chamou recentemente a atenção para o facto das 35 publicações periódicas que se editam em Moçambique atingirem apenas 1,5 % da sua população.

Mesmo em Lourenço Marques (que em toda a Província possui a maior proporção de africanos alfabetizados) é mínimo o número daqueles que lêem regularmente qualquer espécie de literatura ou qualquer dos órgãos da imprensa. Apenas 4,5 % dos nossos inquiridos alfabetizados e do sexo masculino declaram fazê-lo.

Ao serem perguntados acerca das razões deste desinteresse alegaram os restantes que as suas disponibilidades económicas não lhes permitiam tal despesa. Argumento que não pode ser aceite, sobretudo quando se trata de estudantes que têm acesso gratuito a livros e jornais ou de indivíduos relativamente instruídos e evoluídos, remunerados a nível idêntico ao dos europeus e que dispõem de iluminação eléctrica.

Fica-nos a impressão de que a maioria dos africanos manifestam reduzida curiosidade intelectual e deficiente abertura para o mundo exterior. Parecem mesmo indiferentes aos assuntos que mais directamente lhes interessam e que são com frequência abordados pela imprensa, como os referentes a carências sanitárias, habitacionais, salariais, etc.

O único órgão de imprensa publicado na capital, e dedicado exclusivamente à população nativa, o semanário «Brado Africano» redigido simultaneamente em português e chironga, tem uma tiragem de apenas 4200 exemplares, sendo a maioria dos assinantes residentes nos distritos de Gaza e Inhambane. O estreito condicionalismo dentro do qual se tem movido a acção deste semanário não permite extrair indicações de natureza sociológica da consulta dos artigos e outro material publicado.

Com destino àqueles urbanizados que embora sabendo ler e escrever não dominam suficientemente o português impresso, não tem sido editada

qualquer literatura de origem nacional. Dispõem eles, todavia, de literatura redigida nos dialectos nativos, literatura publicada por editoras missionárias sitas na África do Sul e onde, a par de obras religiosas de inspiração protestante, se encontram bastantes outras com propósitos didácticos, educativos e recreativos, nomeadamente colectâneas da tradição oral e de costumes tradicionais. Por muito que espante tem editado também alguma literatura de ficção, dando acolhimento a escritores africanos, oriundos de Moçambique, como Elias Mucambo, Neftali Mbanze e Aron Mukhombo.

Com destino à minoria que domina suficientemente o português impresso, têm alguns serviços públicos e a Igreja Católica editado alguma literatura educativa, sobressaindo a publicada pelo Serviço Extra-Escolar, atrás citada.

CINEMA

Seja por timidez, por dificuldades económicas, por desinteresse intelectual ou por deficiente integração nas preferências e regalias espirituais da civilização tecnológica, a população africana, mesmo evoluída, frequenta muito raramente os cinemas da capital. Menos de 1 % dos nossos inquiridos declararam fazê-lo regularmente.

A clientela dos dois cinemas existentes nos subúrbios é composta, quase exclusivamente, por adolescentes sem encargos de família, nomeadamente empregados domésticos com alimentação e alojamento, que reservam o grosso dos seus salários para divertimentos e para aquisição de vestuário, calçado, adornos, instrumentos musicais, transistores portáteis, etc.

As preferências desta clientela rudimentarmente educada vão, decididamente, para os filmes de violência: *westerns*, policiais, de espionagem, de guerra, etc. Acerca da supremacia concedida aos *westerns* podem aqui aplicar-se as observações de Georges Balandier (10, p. 257) formulados em relação a Brazaville: o *cow-boy* é um símbolo de astúcia, força e coragem, atributos frequentemente exaltados nos contos tradicionais; exerce uma justiça rápida, eficiente, sumária e impiedosa semelhante à que era aplicada pelos tribunais tribais; na defesa de valores elementares semelhantes aos tradicionais pune os ladrões, os assassinos, os preversos e os desleais; após acções excitantes e movimentadas observa-se o triunfo final dos bons contra os maus.

Todavia, parece que em Lourenço Marques uma parte dos assistentes africanos propende a identificar-se com as forças do mal, contribuindo essas películas cinematográficas para exacerbar os impulsos de agressividade e sexualidade. Comprovam esta hipótese as arruaças intestinas e os insultos e assaltos a transeuntes de que são autores os bandos de adolescentes que depois das sessões realizadas nas tardes de domingo, percorrem as ruelas dos subúrbios espalhando o pânico antes que possam intervir as forças da ordem.

DESPORTO

Se há domínio em que o africano se tem distinguido é o do desporto. Basta citar a projecção mundial atingida pelos dois famosos astros do futebol Matateu e Eusébio ambos oriundos do sul de Moçambique e que iniciaram a sua carreira nos campos de Lourenço Marques. Aos olhos dos africanos representam o valor de símbolos, contribuindo decisivamente



Grupo de pequenos jogadores de futebol.

para tornar crescentemente popular a modalidade desportiva que os tornou famosos.

É também a actividade em que a integração social do africano assume aspectos mais naturais e satisfatórios.

Todavia, o número de africanos que fazem parte dos 22 grupos desportivos e recreativos existentes no Distrito de Lourenço Marques ainda é diminuto: dos 9503 sócios existentes em 1965 apenas 290 eram de raça negra. Este número assume, no entanto maior significação se acrescentarmos que eram apenas 497 os associados africanos dos 48 grupos existentes em todo o Moçambique.

O desporto organizado não desempenha papel relevante entre a população africana, na maioria assoberbada com os problemas comezinhos da sua sobrevivência cotidiana. Nota-se, no entanto, genuíno entusiasmo pelos relatos desportivos emitidos em Ronga, aos domingos, pela «Voz de Moçambique». A assistência pessoal de africanos às competições é francamente minoritária.

A necessidade de diversão e exercício físico e talvez a esperança de ascender aos píncaros da fama por meio de proezas desportivas leva os adolescentes e jovens a formar grupos espontâneos que, nos raros terrenos vagos, praticam um futebol sem regras durante as horas de ócio.

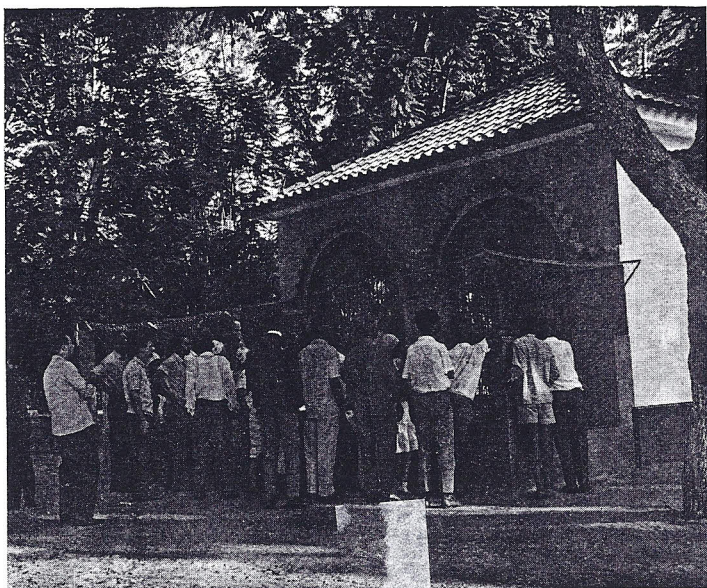
OS PERÍODOS DE ÓCIO

Ao contrário do que acontece em relação aos restantes extractos populacionais, os africanos, mesmo evoluídos e dispondo dos suficientes recursos, pouco frequentam praias, cafés, restaurantes, clubes, cinemas, passeios, conferências, exposições, espectáculos desportivos e todas essas formas de diversão que caracterizam o sector moderno da cidade.

Todavia, a sobrevivência das distrações tradicionais aliada à alegria natural, ao gosto pelo convívio e à fácil comunicabilidade do africano conseguem suprir essa carência e encontrar suficientes entreténs para os períodos de ócio, especialmente nos fins de semana.

Do mesmo modo que nas condições tradicionais, as longas visitas a familiares, amigos e conhecidos — geralmente acompanhadas de libações — preenchem grande parte das horas de descanso. Outro entretém que dispõe de numerosíssimos adeptos (37 % dos nossos inquiridos do sexo masculino confessaram jogá-lo regularmente) é o *tchuba*, o jogo das covinhas tão pormenorizadamente descrito por Junod (52, I, p. 356-360), mas agora com a adicional excitação de ser disputado a dinheiro; à sombra

de qualquer árvore se escavam no solo as 16 ou 22 covinhas e se acocoram e discutem durante horas os entusiastas, observados pela assistência. Sem dúvida que desempenha papel importante no desenvolvimento de novas relações sociais, porque o recém-chegado do meio rural penetra sem dificuldade nesses grupos e aí recruta novas amizades e conhecimentos. Muito popular no meio dos adolescentes é o futebol, travando-se perante numerosa assistência renhidas competições entre grupos espontâneos, utilizando



O motivo de maior atracção no Jardim Zoológico: o chimpanzé.

alguns campos bem conhecidos formados em terrenos vagos cujos proprietários não permitem a construção de moradias.

Alguns jovens africanos começam já a frequentar a praia; mas a preferência da grande maioria vai para o Museu Álvaro de Castro que nos domingos regista elevadíssima afluência de visitantes africanos que se extasiavam perante a fauna selvagem que conhecem através dos contos tradicionais.

Pelo mesmo motivo, porque se situa na zona suburbana e porque dispõe da adicional atracção dominical constituída pela exibição de grupos folclóricos que despertam o entusiasmo dos assistentes sobretudo com exhibições de música neo-folclórica, a «marrabenta», o Jardim Zoológico recebe igualmente um número considerável de visitantes africanos.

Os grupos folclóricos e corais, a que aludimos em mais pormenor quando tratámos dos movimentos associativos, constituem uma excelente forma de lazer activo para algumas centenas de africanos. Neles se revela



Exibição dominical dum grupo folclórico, no Jardim Zoológico.

a paixão da raça pela música e pela dança impregnada de sensualidade, esse vigoroso talento do africano para a polifonia vocal e a coreografia em grupo. Além disso são frequentemente contratados para abrilhantar as inúmeras ocasiões festivas como nascimentos, baptizados, casamentos, regresso de ausentes, etc. que fornecem à população africana oportunidades de convívio e satisfazem, enfim, os impulsos de ostentação.

Outro tipo de diversão extremamente popular é constituído pelas excursões de fim de semana, a que já fizemos referência quando mencionámos os meios de comunicação com o meio rural. Cifra-se em cerca de cinco milhares o número de africanos oriundos das regiões mais próximas que, nos sábados de tarde e nos domingos, deixam a cidade sós ou acom-



O prazer da dança.

panhados de amigos e parentes para visitar os membros da família que continuam na terra.

Trata-se duma forma de convívio que às vantagens espirituais, afectivas e sociais alia os benefícios retirados do intercâmbio alimentar. A época favorita para tais excursões é a da frutificação do canhe e do

caju, quando nas zonas rurais, longe de desagradáveis controlos policiais, se fabricam em grande quantidade as excelentes e nutritivas bebidas cafreais que já referimos.

Os cidadãos fazem acompanhar-se dos géneros necessários à preparação de repastos fortemente condimentados, em que o piri-piri tem lugar de eleição. Os visitantes são, na hora de partida, brindados com presentes constituídos por produtos da terra, de harmonia com o costume tradicional, *Ku longuelela a vayeni*.

Mas grande parte dos moradores dos subúrbios dedica as horas de lazer à construção e reparação das suas habitações. Não temos dúvidas em afirmar que sobe a dezenas o número de novas moradias rudimentares que são erguidas cada fim de semana por meio do trabalho colectivo de parentes e amigos, depois dos interessados haverem acumulado os materiais necessários. Trata-se duma possível adaptação ao meio urbano das tarefas cooperativas, de tão arreigadas tradições entre as populações do Sul do Save, adaptação que, por si só, merecia estudo mais aprofundado.